



CONGRESSO
NA MIRA

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 32

04 A 08 DE AGOSTO DE 2025



FENAJUD

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS



61 3321 0242/5349



FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF



@fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No Poder Executivo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa, nesta terça-feira (5), da abertura da **5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS)**, o Conselhão, no Palácio Itamaraty. O evento contará também com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin e da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. A reunião também marca a posse da nova composição do Conselho.

Após o recesso informal, o **Congresso Nacional** retoma oficialmente suas atividades nesta semana. A agenda do segundo semestre legislativo tem início com discussões fundamentais para o futuro político, econômico e jurídico do país. Entre os principais temas, destaca-se a **votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, cujo prazo para apresentação de emendas deverá ser aberto entre os dias 5 e 14 de agosto.

Além disso, o Parlamento volta a debater pautas de grande impacto, como as propostas que visam limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal; o projeto que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil ([PL 1087/2025](#)); a regulamentação da Reforma Tributária; e os desdobramentos do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa.

Na **Câmara dos Deputados**, o **Plenário** realiza sessão solene na quarta-feira (6), às 9h, em comemoração aos **20 anos da instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)**, por iniciativa da deputada Soraya Santos (PL/RJ).

Entre as reuniões deliberativas, destaca-se a **Comissão de Administração e Serviço Público (CASP)**, marcada para a **terça-feira (05)**, às 14h. A pauta inclui o requerimento que propõe a realização de um **ciclo de seis audiências públicas** com o objetivo de aprofundar o debate sobre temas estruturantes e estratégicos para o **serviço público**.

Além disso, deverão ser votados os [PL 7614/2014](#) e o [PL 2556/2021](#), que tratam de mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam **tomar posse em cargos públicos**.

Também na terça-feira, a **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**, poderá deliberar o [PL 5320/2019](#), que torna

impenhoráveis vencimentos, aposentadorias, pensões, pecúlios e outros benefícios; o [PL 2447/2022](#), que trata do **acúmulo da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS)** para servidores do **Poder Judiciário da União**; e o [PL 3640/2023](#), que **regulamenta os julgamentos das ações de controle concentrado de constitucionalidade no STF**, sistematizando regras sobre ADIs, ADCs, ADPFs e ADOs, conforme substitutivo do deputado Alex Manente (CIDADANIA/SP), baseado em proposta da comissão de juristas presidida por Gilmar Mendes.

Na **Comissão de Finanças e Tributação (CFT)**, está prevista a deliberação do REQ 51/2025, que solicita audiência pública para debater a **padronização das taxas cartorárias no país**.

Já no **Senado Federal**, a **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)** realiza na quarta-feira (6), às 9h, a leitura dos relatórios de diversas **indicações para tribunais superiores e conselhos nacionais**. Com nomes indicados para o STM; para o STJ; e outros indicados para o **CNJ e o CNMP**, incluindo representações da OAB, do Ministério Público Federal, Estaduais, do Trabalho e Militar.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CASP vota a realização de ciclo de audiências públicas com carreiras do serviço público para debater a Reforma Administrativa: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (05), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [REQ 57/2025](#), de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), que requer a realização de um **ciclo de seis audiências públicas com foco em temas estruturantes e estratégicos para o aprimoramento do serviço público**, com participação de especialistas, gestores, entidades sindicais e representantes da sociedade civil organizada. Constam como convidados:

Gestão e Avaliação de Desempenho no Setor Público

- Renata Vilhena (República.ORG);
- Rudinei Marques (FONACATE e UNACON Sindical);
- Jessika Moreira (Movimento Pessoas à Frente);
- José Celso Cardoso Júnior (SGP/MGI);
- Elizabeth Sousa Cagliari Hernandez (ANESP).

Negociação Coletiva no Serviço Público

- Bob Machado (SINAIT);

- Dão Real dos Santos (SINDIFISCO Nacional);
- Jose Lopez Feijóo (SRT/MGI);
- Alfredo Nascimento (AACE);
- Alessandra Barros (INTELIS).

Regulamentação do Teletrabalho no Serviço Público

- Fabio Faiad Bottini (SINAL);
- Janus Pablo Fonseca de Macedo (ANFFA Sindical);
- Rodrigo Keidel Spada (FEBRAFITE e AFRESP);
- Julienne Guerra (Sindsusep);
- Regina Coelho (SGP/MGI).

Contribuição dos Inativos (PEC 6/2024 e PEC 555/2006)

- Maria Santíssima Marques (ANPPREV);
- Miguel Arcanjo Simas Nôvo (ANFIP);
- Mauro José Silva (UNAFISCO);
- Tânia Prado (FENADEPOL);
- Enoque Venancio de Freitas (SINPOL-DF);
- Representante do Sindilegis.

Governo Digital e I.A.

- Representante do SINSSP;
- Thaisse Craveiro (ANTC);
- Ana Caroline Ribeiro Tupinambá (ASBRAPP);
- Oswaldo Molarino (SINDCVM);
- Representante da Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Regulamentação dos Supersalários

- Ana Paula Moreira (AFIPEA Sindical);
- Representante do FONACATE;
- Thaisse Craveiro (ANTC);
- Francelino Valença (FENAFISCO);
- Representante da República.ORG.

Nesta mesma temática, o deputado Icaro de Valmir (PL/SE) apresentou o [REQ 59/2025](#), solicitando a inclusão dos seguintes convidados ao ciclo de seis audiências públicas.

Gestão e Avaliação de Desempenho no Setor Público

- Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE);

▪ **Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD);**

- Representante da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP).

Negociação Coletiva no Serviço Público

- Norma Lúcia, Presidente do Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Municipal de São Paulo (SINESP);
- Jean Ruzzarin, especialista em liberdade sindical para servidores públicos;
- Representante do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA).

Contribuição dos INATIVOS (PEC 6/2024 e PEC 555/2006)

- Representante da Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e Membros Aposentados do Ministério Público da União e seus pensionistas (ANAMPA);
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (SITRAEMG);

Regulamentação dos Supersalários

- Representante da Associação Nacional de Magistrados Aposentados do Poder Judiciário da União e Membros Aposentados do Ministério Público da União e seus pensionistas (ANAMPA).

O Papel da Regulação

- Fábio Rosa, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (SINAGÊNCIAS);
- Eptácio Ribeiro, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL).

Segurança Jurídica e Defesa das Políticas Públicas

- Representante da Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União (ANAJUR);
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (ANPPREV);
- Valéria Ferreira, Presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ);
- Vicente Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (ANAPE).

Efetividade da Prestação Jurisdicional do Estado

- Fernanda Fernandes, Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP);

- João Batista, Presidente da Federação das Entidades Sindicais de Oficiais de Justiça do Brasil (FESOUJUS);
- Mariana Liria, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (FENASSOJAF).
- Mário Neto, Presidente da Associação Federal dos Oficiais de Justiça do Brasil (AFOJEBRA).

CASP vota impedimento de posse em cargo público para condenados por violência doméstica: a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) se reúne nesta terça-feira (05), às 14h, no anexo II, Plenário 08, para deliberar sobre os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [substitutivo](#) da deputada Delegada Ione (AVANTE/MG) favorável ao [PL 7614/2014](#), que veda o acesso ao serviço público, bem como prestar serviços ou participar de licitações, à pessoa que tenha praticado crime nos termos da Lei Maria da Penha.

Também sobre o tema, poderá ser apreciado o [substitutivo](#) apresentado pela parlamentar ao [PL 2556/2021](#), que cria mecanismos para impedir que pessoas que estejam sob medidas cautelares ou condenadas por crimes de violência doméstica, contra crianças e adolescentes e contra idosos não possam tomar posse em cargos públicos, nem contratar com a Administração Pública Direta e Indireta.

CDC debate superendividamento de servidores públicos: A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realiza reunião nesta quarta-feira (06), às 10h, no Plenário 08, para discussão e votação de propostas legislativas. Entre os itens da pauta, destaca-se o [REQ 61/2025](#), que propõe aditamento ao REQ 32/2025, que solicita audiência pública para debater os impactos dos empréstimos bancários concedidos por instituições financeiras e o superendividamento de servidores públicos.

CCJC poderá votar projeto que determina a perda de cargo público para condenados por estupro de vulnerável: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (05), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 4754/2024](#) que altera o Código Penal, para prever a perda automática de cargo, função pública ou mandato eletivo em caso de condenação por estupro de vulnerável. O [parecer](#) do relator, deputado Carlos Jordy (PL/RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.



PODER JUDICIÁRIO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário realiza Homenagem aos 20 anos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: o Plenário da Câmara dos Deputados realiza sessão solene nesta quarta-feira (06), às 09h, com o fito de celebrar os 20 anos da instalação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A sessão é em atendimento ao [REQ 1659/2025](#), da deputada Soraya Santos (PL/RJ). Acompanhe a sessão [aqui](#).

CCJC pode votar o acúmulo da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS) para servidores do Poder Judiciário: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (05), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 2447/2022](#), que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências. O projeto é relatado pelo Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), que apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa à matéria e pela inconstitucionalidade das emendas apresentadas na Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

Regulamentação de julgamentos de ações de controle de constitucionalidade no STF está na pauta da CCJC: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (05), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 3640/2023](#), que dispõe sobre o processo e o julgamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). A matéria conta com [substitutivo](#) do deputado Alex Manente (CIDADANIA/SP), que tem como objetivo sistematizar e atualizar o regime jurídico do controle concentrado de constitucionalidade no âmbito do Supremo Tribunal Federal, com base nas práticas já consolidadas pela jurisprudência da Corte e na proposta apresentada por comissão de juristas presidida pelo ministro Gilmar Mendes. O texto unifica as normas relativas às ações de controle abstrato – ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ação declaratória de constitucionalidade (ADC), arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) – diferenciando-as por objeto, mas admitindo a fungibilidade entre elas. Define o processo constitucional como ramo próprio do direito, com autonomia científica e funcional, e enumera os princípios e finalidades que devem reger sua aplicação.

Além disso, o texto trata da modulação de efeitos das decisões, prevendo critérios para sua adoção e permitindo a definição de regimes de transição e acordos homologados pelo Supremo. Reforça a compatibilidade do

controle abstrato com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, assegura gratuidade de acesso à jurisdição constitucional e detalha a admissão e o papel do amicus curiae, exigindo representatividade adequada.

Durante a tramitação, foram rejeitadas nove emendas apresentadas pelo deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), além de outras duas emendas ao substitutivo de autoria do deputado Marcel Van Hattem (NOVO/RS), sob alegação de inconstitucionalidade, injuridicidade ou inadequação ao escopo da proposta.

CFT delibera requerimento para debater as taxas cartorárias do Brasil: a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) se reúne nesta quarta-feira (06), às 10h, no Anexo II, Plenário 4, e poderá deliberar o [REQ 51/2025](#) que requer a realização de Audiência Pública para debater as taxas cartorárias do Brasil, bem como a criação da padronização da taxa no âmbito nacional.



SENADO FEDERAL

CCJ faz leitura dos relatórios dos indicados para os tribunais superiores e conselhos nacionais: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne nesta quarta-feira (06), às 09h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 para fazer a leitura dos relatórios dos indicados para os tribunais superiores e conselhos nacionais. São elas:

- [MSF 30/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora **Verônica Abdalla Sterman**, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro José Coêlho Ferreira, a partir de 10 de abril de 2025.
- [MSF 31/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor **Carlos Augusto Pires Brandão**, Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Assusete Dumont Reis Magalhães.
- [MSF 34/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora **Lorena Giuberti Coutinho**, para exercer o cargo de Diretora do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, com mandato de quatro anos, na vaga decorrente do término do mandato de Joacil Basílio Rael.

- [MSF 39/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora **Maria Marluce Caldas Bezerra**, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, decorrente da aposentadoria da Ministra Laurita Hilário Vaz.
- [OFS 4/2024](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora **Greice Fonseca Stocker**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à OAB.
- [OFS 1/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora **Fabiana Costa Oliveira Barreto**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à representação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).
- [OFS 2/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **Carlos Vinícius Alves Ribeiro**, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público Estadual.
- [OFS 3/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior**, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Ministério Público da União.
- [OFS 4/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora **Ivana Lúcia Franco Cej**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.
- [OFS 5/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **Fernando Da Silva Comin**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.
- [OFS 6/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **Alexandre Magno Benites de Lacerda**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados.
- [OFS 7/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues**, para compor o Conselho

Nacional do Ministério Público – CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público Militar.

- [OFS 8/2025](#) - que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor **José de Lima Ramos Pereira**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho.



DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CE vota garantia de tempo extra para pessoa com autismo em provas de concurso: a Comissão de Educação (CE) se reúne nesta quarta-feira (06), às 09h30, no anexo II, Plenário 10, para deliberar os itens da pauta, com destaque para o [parecer](#) da deputada Soraya Santos (PL/RJ) pela aprovação do [PL 4848/2023](#), na forma do Substitutivo da Comissão de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva. A proposta altera a Lei nº 12.764/12, para conceder tempo adicional para a realização de provas em concursos, exames ou processos seletivos, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na forma que especifica.



PREVIDÊNCIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC poderá votar projeto que torna o salário absolutamente impenhorável: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (05), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 5320/2019](#), que institui o Código de Processo Civil, para tornar absolutamente impenhoráveis os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, o seguro de vida, a pequena propriedade rural e outros. O [parecer](#) do deputado Helder Salomão (PT/ES) é pela aprovação com substitutivo.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.